

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 2007**

Operador Nacional do Sistema Elétrico

Mensagem do Conselho de Administração

Os trabalhos desenvolvidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ao longo do ano de 2007 podem ser analisados sob duas grandes vertentes, que se inter-relacionam. De um lado, o contínuo aperfeiçoamento da organização para o exercício de sua missão e seu empenho na mudança de paradigma na segurança da operação do Sistema Interligado Nacional (SIN) . De outro, o permanente esforço – acompanhado de perto pelo Conselho de Administração – de busca da racionalização dos custos gerenciáveis, sem perda da qualidade dos resultados.

Outro aspecto que se destaca na gestão do Operador é a aderência de todas as suas iniciativas, tanto no campo do desenvolvimento tecnológico, quanto no da gestão corporativa, aos objetivos estratégicos traçados para a organização, que contribuem de uma forma integradora para o pleno exercício de suas atribuições institucionais e para a realização de sua visão.

Também marcaram o ano as ações corporativas com foco no aprimoramento da gestão interna e na capacitação dos recursos humanos, como a continuidade das atividades inseridas no Modelo Gestor, em que são estabelecidos padrões de atuação dos gestores consistentes com os valores e as características da organização, as iniciativas coordenadas pela Diretoria do ONS em resposta às oportunidades de melhoria identificadas na pesquisa de clima organizacional, assim como a realização de nova pesquisa neste ano, e a adoção de indicadores técnicos e corporativos para a avaliação de resultados de seus projetos, processos e produtos.

O trabalho do Conselho de Administração ao longo de 2007 contribuiu para esse cenário de evolução, com especial destaque para as realizações das Comissões de Conselheiros. A primeira delas, envolvida com a análise dos indicadores corporativos e de gestão, que permitirão ao setor e à sociedade melhor avaliar os resultados da operação centralizada do SIN. A segunda Comissão atualmente estuda alternativas para a instalação das unidades do ONS no Rio de Janeiro em prédio próprio, com evidências de ganhos consideráveis com a união de recursos, racionalização de custos e construção de uma identidade corporativa própria.

Terminamos essa mensagem reafirmando que é na confluência das duas vertentes que foram mencionadas em sua abertura – o aperfeiçoamento da gestão corporativa associado à excelência técnica na coordenação do SIN – que podemos antever um futuro promissor para o Operador, em que cada vez mais se consolide seu papel como o grande gestor de redes de agentes do setor elétrico, exercido com imparcialidade, transparência e equidade.

Maurício S. Bähr
Presidente do Conselho de Administração do ONS

Mensagem do Diretor Geral

Para o Operador Nacional do Sistema Elétrico, o ano de 2007 foi marcado por resultados positivos obtidos tanto na execução de suas atribuições relacionadas à operação do SIN quanto na evolução de seus processos corporativos.

No que se refere à gestão dos recursos energéticos, o início do ano foi caracterizado por um período úmido significativamente favorável, em todos os subsistemas que compõem o SIN. O ONS responsabilizou-se pela gestão da abundância dos recursos hídricos, adotando medidas para o controle de cheias em diversas bacias hidrográficas das regiões SE/CO e NE, as quais resultaram em uma operação dos reservatórios que contemplou, ao mesmo tempo, a otimização energética e a segurança da operação hidráulica.

Já o período seco de 2007 foi particularmente desfavorável para as regiões Nordeste e Norte e, a partir de setembro, para a região SE/CO, o que demandou ações especiais do Operador para a gestão da escassez de recursos hídricos, conjugada às restrições temporárias de disponibilidade do gás natural. A gestão das interligações elétricas foi especialmente importante para assegurar um suprimento de energia adicional às regiões Norte e Nordeste.

Com o objetivo de aumentar a garantia do atendimento energético do SIN, o ONS apresentou ao Conselho Nacional de Política Energética – CNPE e ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE uma proposta de Procedimentos Operativos, aplicáveis no curto prazo, que buscam aumentar a garantia do atendimento energético do SIN nos dois primeiros anos do horizonte quinquenal através do estabelecimento de um Nível Meta de armazenamento a ser atingido ao final da estação seca do 1º ano, de forma a assegurar o atendimento no 2º ano, mesmo na hipótese de ocorrência de aflúncias adversas. Esses procedimentos já foram encaminhados para aprovação e regulamentação pelo CMSE e ANEEL, respectivamente.

No que concerne ao atendimento elétrico aos principais centros de carga do país, ressalta-se que os resultados obtidos em 2007 caracterizam a melhoria no desempenho operativo do SIN, podendo ser comprovada pelo fato de que em apenas 15% das 2.119 perturbações verificadas no ano houve cortes de carga, índice inferior aos 16,5% obtidos no ano anterior. Dessas perturbações, somente 68 causaram desligamentos superiores a 100 MW, o que resultou em um indicador de robustez de 96,8%, também superior ao índice calculado no ano anterior. Contribuíram fortemente para esse resultado a implantação e a revisão dos Sistemas Especiais de Proteção e Controle – SEP.

Com relação à expansão da rede elétrica, o Plano de Ampliações e Reforços para a Rede Básica – PAR e a Proposta Anual de Ampliações e Reforços nas Instalações não Integrantes da Rede Básica – PAR DIT irão resultar na agregação, no triênio, de cerca de 11.900 km de linhas de transmissão nas tensões de 230 a 500 kV e uma capacidade de transformação de aproximadamente 37.000 MVA ao SIN, requerendo investimentos da ordem de R\$ 13,0 bilhões.

Com vistas à integração de usinas de biomassa que utilizam cana-de-açúcar como combustível, o ONS, em conjunto com a EPE, vem desenvolvendo ações que irão permitir a integração dessa fonte de geração ao SIN a partir de 2009, o que irá contribuir para o aumento da segurança do atendimento energético.

Com relação às ações de cunho institucional, o ONS assinou Acordo Operacional com a CCEE, com o objetivo de estabelecer a integração, a cooperação e a instituição de

diretrizes de relacionamento e intercâmbio de dados e informações entre as instituições, buscando a otimização e o aumento da eficiência no Setor Elétrico Brasileiro. Iniciativa análoga está em curso também com a EPE, prevendo-se a assinatura do Acordo em 2008.

No âmbito internacional, ao longo de 2007 o ONS consolidou sua participação no grupo VLPGO (*Very Large Power Grid Operators*), marcando presença na reunião realizada na Índia, quando, por sua proposição, foi criada uma estrutura para dar suporte ao desenvolvimento dos trabalhos.

A estratégia de gestão corporativa do Operador Nacional do Sistema Elétrico em 2007 baseou-se na continuidade de um criterioso controle das despesas gerenciáveis, que resultou na redução dos dispêndios globais do ONS, permitindo a adequada distribuição de recursos para o empreendimento de ações e projetos que tiveram como focos principais o desenvolvimento tecnológico, a gestão do conhecimento e a gestão de pessoas.

O processo de planejamento estratégico foi aprimorado, dando origem a projetos e ações técnicas e de gestão corporativa que refletiram as prioridades da organização. Para sua efetiva e ordenada implantação foram estabelecidos Planos Diretores, dentre os quais merecem destaque: o Plano Diretor de Sistemas de Supervisão e Controle, que trata da renovação completa dos recursos computacionais e do aumento da qualidade dos serviços relacionados com a Operação em Tempo Real; o Plano Diretor de Comunicação, que estabelece políticas e diretrizes para a comunicação interna e externa do Operador; o Plano Diretor de Telecomunicações, que define a expansão dos recursos de telecomunicações, necessários para o exercício das atribuições institucionais do Operador; o Plano Diretor de Gestão do Conhecimento, que enfoca a necessidade de organizar, preservar e disseminar os conhecimentos críticos para a organização; e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que teve como um de seus resultados em 2007 a reestruturação da área de TI.

A implantação de quatro novos modelos de previsão de vazões com o uso de informações de precipitação para as bacias dos rios Uruguai, Iguaçu, Paranaíba e Paraná e o Sistema Nacional de Observabilidade e Controlabilidade – SINOCON, com a implantação em 2007 de 71 das 116 unidades terminais remotas previstas para sua fase emergencial, são alguns dos projetos do Plano de Ação que merecem destaque.

Em resposta às pesquisas de clima organizacional, realizadas em 2005 e 2007, visando ao aperfeiçoamento da gestão dos recursos humanos e à satisfação do corpo funcional, foram implantadas ações de continuidade, dentre as quais se destacam: o Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG, que teve como focos liderança e gestão de redes e relacionamento; a atualização do Plano de Gestão de Cargos e Remuneração – PGCR; o aperfeiçoamento do processo de Avaliação de Desempenho; e o Programa de Performance Organizacional. Dentre as ações que estão em desenvolvimento, destacam-se as ações relacionadas ao Programa de Reconhecimento e à revisão do Normativo Estratégico.

Finalizando esta mensagem, é necessário registrar, em nome da Diretoria do ONS, um especial agradecimento aos nossos 192 Agentes Associados, com os quais compartilhamos os resultados apresentados neste trabalho, reconhecendo também a relevante participação das associações dos agentes setoriais dos diferentes segmentos nas discussões articuladas que tiveram como objetivo o aprimoramento dos processos do Operador.

Agradecemos também aos Conselhos de Administração e Fiscal pelo suporte estratégico recebido, à Agência Nacional de Energia Elétrica pela pronta resposta às questões regulatórias relacionadas à operação do SIN, e ao Ministério de Minas e Energia pela adequada orientação e pelo apoio às diversas ações propostas pelo Operador em prol da segurança do suprimento, aprovadas no âmbito do CMSE.

Por último, gostaríamos de agradecer a todos os colaboradores pela dedicada responsabilidade com que se enfrentaram os desafios de mais um ano de nossa trajetória, com a certeza de que a maior parte dos êxitos alcançados deve ser a eles creditada.

Hermes Chipp
Diretor Geral

RESULTADOS TÉCNICOS DA OPERAÇÃO EM 2007

A Garantia do Atendimento Energético

O ano de 2007 caracterizou-se por uma complexa operação de gestão dos recursos eletroenergéticos disponíveis, com o objetivo de garantir o suprimento ao mercado consumidor dentro das condições técnicas estabelecidas nos Procedimentos de Rede.

Nos primeiros meses do ano, essa operação foi marcada pela necessidade de administrar recursos hídricos abundantes, resultantes de uma estação úmida significativamente favorável em todos os subsistemas que compõem o SIN.

Com os níveis de armazenamento atingindo valores de 95,5% na região Nordeste e 86,7% no Sudeste/Centro Oeste, em relação à energia armazenável máxima, durante o período úmido, o Operador implantou ações de coordenação do controle de cheias nos reservatórios das principais bacias hidrográficas do SIN. A operação hidráulica coordenada pelo ONS e efetivada pelos agentes de geração nos reservatórios de aproveitamentos hidroelétricos sob sua responsabilidade teve completo êxito em seus resultados, com o atendimento de todas as condições de vazões máximas estabelecidas em conformidade com a ANA, nas regiões Nordeste e Sudeste, em particular na bacia do rio Paraná, em que se verificou a segunda maior cheia de todo o histórico de 77 anos.

Nesse mesmo cenário, também merecem destaque as ações do ONS, em conjunto com os agentes, para o atendimento das restrições hidráulicas de natureza ambiental e as referentes aos múltiplos usos da água.

Com a transição para a estação seca, as condições hidrológicas reverteram-se. Já a partir do mês de maio, nas regiões Nordeste e Norte, as condições hidrológicas foram bastante desfavoráveis. A partir de setembro, também na região SE/CO, houve uma sensível redução das afluições aos aproveitamentos hidrelétricos. Essa situação ainda foi agravada pela necessidade de suprimento adicional de energia para a região Norte, onde duas unidades geradoras da usina de Tucuruí haviam sofrido contingências em seus transformadores elevadores, o que as manteve fora de operação por um longo período.

No mês de novembro, na região Nordeste, já se configurava uma situação hidrológica crítica, com a energia natural afluyente reduzindo-se para apenas 34,5% da média histórica de longo termo para o mês (MLT), o que representava o pior novembro do registro histórico e com os reservatórios em um acelerado processo de esvaziamento. Na primeira semana de dezembro, com o agravamento das condições energéticas da região Nordeste, o ONS implementou uma série de medidas operativas, estabelecidas no CMSE. Essas medidas somaram-se às ações para elevação dos intercâmbios Norte/Sudeste e Sudeste/Nordeste, as quais permitiram um incremento de 700MW no fornecimento à região Nordeste, com a elevação do limite de suprimento para 2400 MW a essas regiões. Desse modo, foram garantidos, ao mesmo tempo, o atendimento dos requisitos de ponta da região Norte e a maximização do suprimento de energia à região Nordeste.

Ainda no final de 2007, o ONS iniciou gestões, em conjunto com o MME, ANEEL, Petrobras, Chesf e Agentes de Geração Térmica da região Nordeste, no sentido de elevar o montante de geração térmica a óleo dessa região, através da antecipação na entrada

em operação de 450 MW e o despacho máximo das usinas existentes, com o objetivo de assegurar o pleno atendimento aos requisitos energéticos.

Neste contexto, além da redefinição de limites de carregamento de equipamentos da malha de transmissão, com o ajuste de seus parâmetros operativos, foram flexibilizadas as faixas de operação de unidades geradoras da usina hidrelétrica de Tucuruí e realizada a implantação de toda uma logística de suprimento de combustível para viabilizar o despacho de usinas térmicas a óleo nos estados do Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia, a partir da segunda quinzena de dezembro, para atendimento à segurança energética do SIN.

Ao final de 2007, ainda sem uma mudança das condições climáticas, os níveis de armazenamento observados nos subsistemas que compõem o SIN, em percentual da energia armazenável máxima, foram os seguintes: na região SE/CO, 46,2%; na região Sul, 72,7%; na região Nordeste, 26,6% e na região Norte 30,1%. Embora esses valores fossem superiores aos níveis de armazenamento indicados nas Curvas de Aversão ao Risco das respectivas regiões, o atraso do período úmido resultou na decisão de despachar geração térmica das regiões SE/CO e Sul, já no início de 2008.

Do ponto de vista da integração energética com os países da América Latina, o Brasil forneceu energia aos sistemas elétricos do Uruguai e da Argentina. Este suprimento teve caráter interruptível, sendo efetuado através de energia vertida turbinável e/ou geração térmica não despachada para atender ao mercado brasileiro. O atendimento ao sistema elétrico argentino foi efetuado no período de 01/06 a 30/09/2007, enquanto que para o sistema uruguaio esteve disponível durante todo o ano.

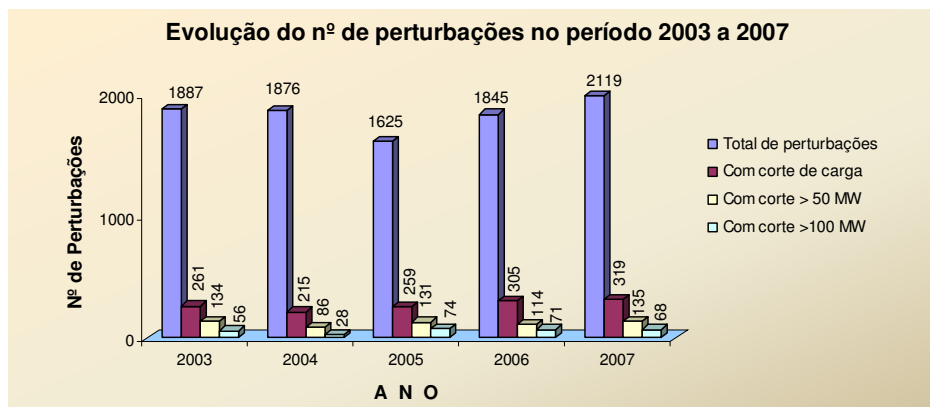
A Melhoria da Segurança Operativa da Rede Elétrica

Ao longo de 2007, o ONS desenvolveu estudos e implantou medidas operativas que possibilitaram à operação da rede elétrica atender aos critérios de continuidade, confiabilidade e qualidade de suprimento, estabelecidos nos Procedimentos de Rede. Entre esses trabalhos, merecem destaque:

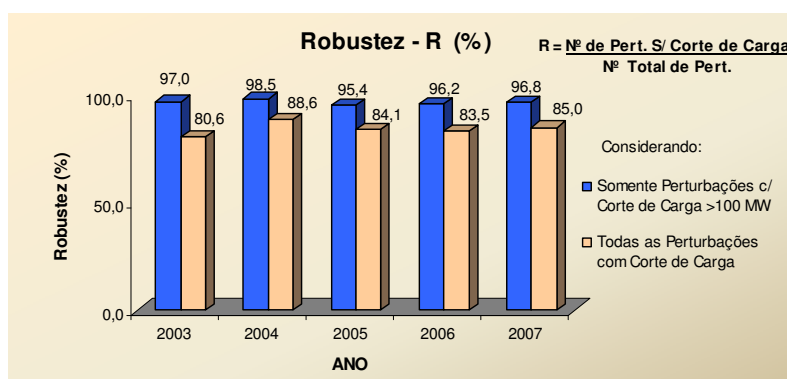
- As providências que introduziram melhorias no processo de recomposição do sistema, visando a agilizar a sua normalização na ocorrência de perturbações;
- A otimização dos sistemas de controle das unidades geradoras das usinas de Paulo Afonso, Xingó e Luiz Gonzaga, que contribuíram para elevar o intercâmbio da região Sudeste para as regiões Nordeste e Norte.
- A concepção e implantação de novos Sistemas Especiais de Proteção e Controle – SEP, assim como a revisão de existentes, tendo-se alcançado um total de 307 desses sistemas já instalados no SIN.

A melhoria da segurança no atendimento elétrico alcançada em 2007 é traduzida pelos indicadores de desempenho do SIN. Com relação ao número de perturbações ocorridas e seu efeito para o atendimento aos consumidores, como mostrado na figura a seguir, vale destacar que, do total de 2119 perturbações, em apenas 319 ocorrências (15,0%) verificaram-se cortes de carga. Esse percentual é mais baixo que os 16,5% registrados no ano anterior.

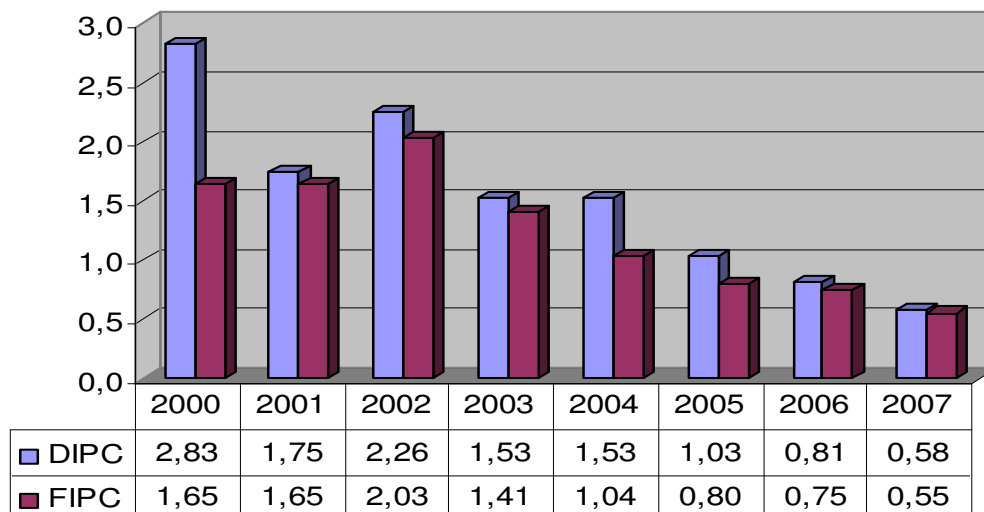
Vale cabe destacar que uma quantidade ainda menor dessas perturbações (apenas 68 no ano ou 3,2% do total) correspondeu a desligamentos superiores a 100 MW, o que equivale ao consumo de uma cidade como Nova Iguaçu (RJ) ou Farroupilha (RS).



Outro bom exemplo desse resultado é o indicador de robustez, ilustrado na figura a seguir, pois 96,8% das perturbações ocorridas não resultaram em cortes de carga maiores que 100 MW. Esses indicadores mantiveram-se nos mesmos níveis dos anos anteriores, mesmo levando-se em conta o crescimento da rede de transmissão.



A tendência de melhoria da continuidade de atendimento à carga nos pontos de conexão com a rede básica foi mantida, tanto sob o aspecto de duração quanto de frequência dos distúrbios, conforme indicado na figura abaixo. Os indicadores de duração e frequência da interrupção dos serviços nos pontos de controle da Rede Básica reduziram-se em relação ao ano anterior, chegando ambos a cerca de um terço dos valores calculados em 2000, quando foi iniciada a avaliação da continuidade do serviço na Rede Básica.



O valor da energia não suprida durante todo o ano em decorrência de perturbações havidas em 2007 pode ser considerado como não significativo, limitando-se a 0,004% da energia total suprida.

Cabe ressaltar que, para garantir a segurança do suprimento eletroenergético durante a realização de eventos de grande relevância, em atendimento à Resolução 01/2005 do CMSE, o ONS implantou, em conjunto com os agentes, medidas especiais de operação que tiveram completo êxito, com destaque para os dias do Carnaval, Natal, Ano Novo e, particularmente, na realização dos Jogos Pan-americanos, de 13 a 29 de julho.

O processo de gestão das intervenções na rede de operação também merece ser destacado, por sua influência na segurança operativa do SIN. Apesar da complexidade e da quantidade de intervenções envolvidas, não foram registradas conseqüências relevantes para a operação do sistema. Ao longo de 2007, de um total de 46.419 solicitações, 29.850 foram referentes a intervenções com desligamento para realização de manutenções nas instalações e integração de novos equipamentos na rede.

Foram também verificadas melhorias na qualidade do serviço de eletricidade, nos indicadores de continuidade do serviço nos pontos de controle da Rede Básica, nos aspectos relativos à forma de onda de tensão observada nas campanhas de medição de harmônicos, tensão nominal e afundamento de tensão, e nas medições reais que apontaram índices cada vez mais aderentes aos estabelecidos nos Procedimentos de Rede.

A Administração da Transmissão

Cumprindo suas atribuições institucionais, o Operador elaborou os estudos sobre as ampliações e reforços necessários para preservar o adequado desempenho da rede elétrica e possibilitar o livre acesso.

As obras propostas para a Rede Básica, em um horizonte de três anos, irão agregar cerca de 11.900 km de linhas de transmissão nas tensões de 230 a 500 kV e uma capacidade

de transformação de aproximadamente 37.000 MVA ao SIN, estimando-se investimentos da ordem de R\$ 13,0 bilhões para a sua concretização.

Destaca-se ainda o início dos trabalhos referentes à preparação dos editais de licitação do sistema Tucuruí-Macapá-Manaus e do sistema de transmissão para a integração das usinas do Rio Madeira.

Adicionalmente pode-se ressaltar a participação do ONS na elaboração dos Anexos Técnicos dos Editais de Licitação da Transmissão para os Leilões 003/2006 e 005/2006, relativos a 26 linhas de transmissão, totalizando 3.698 km, e seis novas subestações. Adicionalmente deu-se continuidade ao processo de avaliação dos projetos básicos das instalações outorgadas no Leilão de Transmissão 001/2005, realizado em 2005.

A viabilização do acesso – conexão e uso – às instalações de transmissão integrantes da Rede Básica pelos diversos usuários é formalizada através dos Pareceres de Acesso. Em 2007, foram emitidos pelo Operador 55 Pareceres de Acesso, sendo 34 referentes a novas conexões e 21 para atendimento a revisões. Dos 34 novos pareceres, 16 foram relativos a consumidores livres, cinco para acesso de usinas hidrelétricas e termelétricas, 11 para acesso de concessionárias de distribuição e dois para conexões internacionais.

É também significativa a emissão nesse ano de 47 pareceres para a habilitação técnica de empreendimentos de geração junto à EPE, para a participação no leilão (LEN A-3), realizado em junho.

Em 2007, foram empreendidas diversas ações em continuidade aos esforços para a utilização cada vez mais eficiente dos equipamentos e instalações do sistema de transmissão, com destaque para:

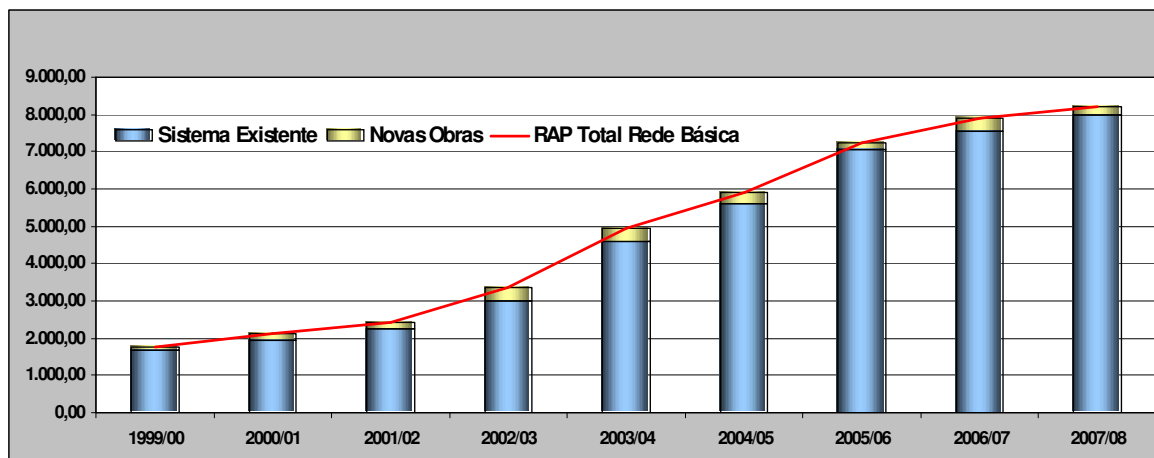
- A definição das capacidades operativas de curta e longa durações da grande maioria das linhas de transmissão e dos transformadores de potência da Rede Básica, em atendimento à Resolução ANEEL 191/05.
- A identificação da superação da capacidade nominal de equipamentos adotando ações mitigadoras, ou até mesmo propondo sua substituição. Nesse contexto, foram desenvolvidos estudos específicos para a análise de superação, por nível de curto-circuito, da capacidade de transformadores de potência, barramentos e malha de terra.
- O início dos estudos para o aprimoramento do processo de especificação da capacidade operativa de linhas de transmissão, considerando dados verificados de descargas atmosféricas.

No que concerne à contratação do uso do sistema de transmissão e apuração de encargos, destacam-se as ações para o aperfeiçoamento das garantias financeiras dos contratos.

Os serviços e encargos da transmissão totalizaram R\$ 8.660 bilhões em 2007, superando em mais de R\$ 450 milhões o valor apurado em 2006, e envolvendo 226 usuários do sistema e 50 agentes de transmissão. O índice de adimplência para essas transações foi de praticamente 100%, o que evidencia o sucesso do negócio “transmissão” no setor elétrico brasileiro.

A figura a seguir apresenta a evolução da Receita Anual Permitida da Rede Básica, no período de 1999 a 2007.

RAP da Rede Básica - Valores Históricos em Milhões de R\$



Quanto ao processo de aperfeiçoamento do cálculo das tarifas de uso do sistema de transmissão, as quais são regulamentadas pela ANEEL, o ONS desenvolveu as seguintes ações de apoio técnico a essa agência:

- o aprimoramento da metodologia e do processo de cálculo das tarifas;
- a preparação e manutenção da infra-estrutura para cálculo da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST da Rede Básica e Demais Instalações e Transmissão - DIT compartilhadas;
- a preparação e manutenção da infra-estrutura para cálculo da TUST das novas usinas no horizonte decenal; e
- a elaboração da infra-estrutura para cálculo da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição -TUSD-g das usinas conectadas nas redes de 138 e 88 kV.

No que se refere aos serviços ancilares prestados pelos agentes de geração, tendo em vista a publicação da Resolução ANEEL 251/07, que agregou os serviços de Controle Automático de Geração – CAG, Auto Restabelecimento (Black Start) e Implantação de Sistemas Especiais de proteção – SEP, foi desenvolvido um modelo padrão para os aditivos contratuais e iniciadas as negociações para a sua celebração.

A Operação em Tempo Real

O processo de descontração dos serviços de operação de sistema foi estabelecido pela Resolução ANEEL nº 675, de 18/12/2003, e pelo Despacho ANEEL 354, de 21/03/2007, com objetivo de que os serviços de operação de sistema passassem a ser completamente executados pelos Centros de Operação próprios do ONS, resultando em ganhos de autonomia e transparência.

No dia 31 de março de 2007, foi concluído o processo de descontração dos serviços de operação de sistema, por completo, com a transferência das responsabilidades sobre a operação sistêmica da área São Paulo para o ONS e o estabelecimento de um importante marco na Operação do Sistema Interligado Nacional. Nesse processo foram

descontratados os serviços prestados por 17 Centros de Operação, tendo-se cumprido o cronograma estabelecido.

O Projeto do Sistema Nacional de Observabilidade e Controlabilidade – SINOCON atingiu em 2007 a marca de implantação de 71 das 116 unidades terminais remotas (UTRs) previstas para sua Fase Emergencial. Ao longo de 2007, foram colocadas em serviço mais 21 UTRs. Os resultados alcançados com a aprovação de projetos, testes de aceitação em fábrica e entrega de equipamentos nas usinas e subestações indicam que, ao final de 2007, o Projeto SINOCON cumpriu 71% de sua meta de realização física.

O Plano Diretor de Evolução dos Sistemas de Supervisão e Controle em Tempo Real do ONS foi concebido com um horizonte de dez anos, de modo a definir o planejamento do futuro desses sistemas. Assim, estarão asseguradas sua atualização tecnológica, sua padronização e sua integração numa visão empresarial do Operador, maximizando os benefícios para a operação do SIN com redução do custo total de propriedade. Em 2006, foram estabelecidos os requisitos do Plano Diretor, efetuada a contratação de consultoria de nível internacional e iniciados os trabalhos envolvendo as avaliações básicas em termos do futuro dos sistemas. Em 2007, além da conclusão do Plano Diretor, foram elaboradas as especificações técnicas e comerciais que nortearam a confecção do edital do processo licitatório para aquisição do novo Sistema de Supervisão e Controle dos Centros de Operação do ONS, com previsão de publicação em fevereiro de 2008.

No ano de 2007 foram tratadas 28.038 solicitações de intervenção, relativas à rede de operação sistêmica, destacando-se que, do total, 33% foram intervenções de urgência.

Na etapa de Pós-Operação, as análises realizadas resultaram em 391 Relatórios de Ocorrências - RO e 24 Relatórios de Análise da Operação - RAO. Além desses, foram emitidos diversos relatórios especiais sobre a operação do SIN durante eventos de relevância e repercussão, com grande mobilização popular, tais como Natal, Ano Novo, Carnaval e Jogos Pan-americanos. Os processos e sistemas computacionais de apoio à apuração, armazenamento e divulgação de dados e informações sobre a operação realizada têm sido sistematicamente atualizados, de forma a acompanhar a evolução do sistema e a regulação sobre o setor. A disponibilização de dados para contabilização da transmissão e da geração é outro ponto relevante, com contínuas melhorias para garantia da qualidade e atendimento aos prazos, destacando-se em 2007 o Termo de Compromisso da Petrobras com a ANEEL e suas repercussões na apuração de dados.

Aspectos Regulatórios

Em relação aos aspectos regulatórios, destaca-se a atuação do ONS, em apoio à ANEEL, nos seguintes assuntos.

Em atendimento ao disposto na Resolução Normativa nº 282, o ONS elaborou metodologia para a tomada de decisões quanto ao despacho das usinas térmicas utilizando Gás Natural Liquefeito (GNL). Para tal, foram contemplados os aspectos relacionados à segurança da operação energética do SIN e os aspectos de logística e cronologia necessária para a aquisição e transporte de GNL, visando a garantir a plena disponibilidade deste recurso energético e sua efetiva remuneração.

Em atendimento ao disposto na Resolução Normativa nº 231, o ONS desenvolveu os Procedimentos Operativos e de Apuração da Geração Fora da Ordem de Mérito (GFOM).

Estes procedimentos objetivam permitir que os Agentes de geração térmica possam produzir energia elétrica com usinas não indicadas para despacho por ordem de mérito de custo, visando a compensar antecipadamente eventuais indisponibilidades futuras de geração térmica despachada por ordem de mérito de custo, por falta de combustível.

O ONS desenvolveu intensa atividade para a operacionalização da Resolução Normativa nº 270/07, que dispõe sobre a qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, associada à disponibilidade das instalações integrantes da Rede Básica. Esta resolução estabeleceu uma nova metodologia para o cálculo da Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI, parcela a ser deduzida das receitas das empresas transmissoras, em decorrência de desligamentos, programados ou intempestivos, das suas instalações de transmissão. Para a implantação desta metodologia, foi necessário adequar os Módulos 6 e 15 dos Procedimentos de Rede, os Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST, as rotinas operacionais e os sistemas computacionais envolvidos neste processo, nos quais se destacam o Sistema de Gestão de Intervenções -SGI, Sistema de Administração de Contratos de Transmissão SACT, Sistema de Apuração de Dados de Transmissão -SATRA e Sistema de Apuração Mensal de Serviços e Encargos de Transmissão- AMSE. Salienta-se a participação e contribuição efetiva dos agentes transmissores e das suas associações, em workshops, reuniões e treinamento.

Teve continuidade a implantação das diretrizes da Resolução ANEEL 191/05, relacionadas ao cálculo das capacidades de longa e curta duração de linhas de transmissão e transformadores da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão-DIT. Destaca-se em 2007 o início do cálculo das capacidades operativas sazonais das linhas de transmissão, em que são incorporadas variáveis ambientais como temperatura ambiente, velocidade e direção do vento e radiação solar, permitindo utilizar mais eficientemente o sistema de transmissão sem prejuízo a sua segurança.

O Aprimoramento dos Processos e Modelos Computacionais

No decorrer de 2007, foi dado um importante passo no processo de aperfeiçoamento metodológico do modelo NEWAVE, utilizado nos estudos do planejamento da operação energética de médio prazo. Este trabalho, sob a coordenação do ONS e da CCEE, culminou na implantação da nova versão 13 do NEWAVE, que foi autorizada pela ANEEL para ser utilizada a partir do Programa Mensal de Operação de outubro de 2007. Esta nova versão propiciou maior robustez no processo de convergência iterativa, com a obtenção de resultados bastante estáveis.

Os trabalhos realizados pelo ONS – em conjunto com a CCEE, os Agentes e o CEPTEL – para o aperfeiçoamento metodológico do modelo NEWAVE tiveram continuidade no segundo semestre de 2007, destacando-se o aprimoramento da metodologia de geração de cenários de vazões, através de pesquisa para implementação da técnica de amostragem seletiva, e o início dos estudos para redução da volatilidade do CMO.

No ano de 2007, foi colocado em produção o segundo módulo do Sistema de Consolidação de Previsão de Carga – SCPC, destinado à obtenção e consolidação das previsões de carga para o planejamento da operação energética anual (PEN). Esse Sistema propicia aos agentes o envio dos seus dados diretamente para o ONS, para atender ao Submódulo 5.5 dos Procedimentos de Rede.

Este ano marcou também um importante passo do ONS no sentido da evolução das ferramentas de avaliação de segurança operativa do SIN. O modelo ORGANON – Sistema de Avaliação de Segurança Dinâmica continua sendo testado nos estudos de planejamento e programação da operação e na operação em tempo real.

Foram implantados quatro novos modelos de previsão de vazões para as bacias dos rios Uruguai, Iguaçu, Paranaíba (no trecho incremental entre Itumbiara e São Simão) e Paraná (trecho incremental à usina de Itaipu), utilizando informações de precipitação observada e prevista. Para um adequado processamento desses novos modelos, o ONS passou a receber dados das estações hidrometeorológicas, o que permitiu uma maior visibilidade sobre as bacias de interesse do SIN. Em dezembro de 2007 foi solicitada à ANEEL autorização para o uso destes novos modelos.

O Gerenciamento da Implantação do Sistema de Medição de Faturamento

Destacam-se, ainda em 2007, as ações para a continuidade de implantação do Sistema de Medição para Faturamento – SMF, quando foram analisados e aprovados 483 projetos de sistemas de medição e 342 relatórios de comissionamento.

O estágio da implantação do SMF ao final de 2007 indicava um total de 69% dos medidores já implantados e 31% parcialmente.

RESULTADOS DE GESTÃO

Relacionamento Institucional

O ONS valorizou a transparência no relacionamento e na comunicação com seus públicos prioritários, definindo políticas e diretrizes que formaram o Plano Diretor de Comunicação.

No que se refere à comunicação externa, o ONS participou de diversos eventos técnicos, promovendo encontros com associações setoriais, bem como recebendo a visita de delegações estrangeiras. Com o objetivo de prestar contas à sociedade e de aprimorar seu relacionamento com a mídia, o ONS realizou, ao longo do ano, encontros com os profissionais da imprensa para a apresentação de avaliações sobre as condições de atendimento futuro, em seu horizonte de análise, bem como dos resultados da operação do SIN. Como consequência, o Operador ocupou em 2007 um espaço na mídia impressa correspondente a 7,4% do dedicado às questões relacionadas ao setor elétrico. O percentual de espaço favorável de exposição na mídia alcançou a média de 95,9% no ano.

Um importante instrumento utilizado pelo Operador para a divulgação de informações técnicas associadas à operação do SIN foi seu *website*, o qual recebeu em média 570 visitantes por dia durante 2007. Com o apoio das áreas técnicas, a equipe de Comunicação atendeu às diversas demandas da mídia, dos Agentes Associados e da sociedade em geral, buscando traduzir a complexidade técnica de suas atividades em uma linguagem adequada ao público não especializado.

Com relação às ações de cunho institucional, o ONS assinou Acordo Operacional com a CCEE, com o objetivo de estabelecer a integração, a cooperação e a instituição de diretrizes de relacionamento e intercâmbio de dados e informações entre as instituições, buscando a otimização e o aumento da eficiência no Setor Elétrico Brasileiro. Iniciativa análoga está em curso também com a EPE, prevendo-se a assinatura do Acordo em 2008.

Relacionamento Estratégico Internacional do ONS

Em 2007, o ONS participou mais uma vez da reunião anual do VLPGO (Very Large Power Grid Operators), grupo que congrega os Operadores de sistemas acima de 50 GW de potência instalada no mundo, realizada em Nova Déli, Índia. Neste grupo, composto pelos treze maiores Operadores do mundo – dos EUA, China, Rússia, Índia, Itália, Espanha, Inglaterra, França, Coreia e Japão –, são discutidos os principais desafios comuns e avaliados o desenvolvimento e a implantação de projetos de interesse dos participantes.

A presença do ONS nesse fórum teve como objetivo conhecer desafios estratégicos enfrentados por outros Operadores, obter informações que direcionem suas decisões técnicas e comerciais sobre aquisição e aplicação de novas tecnologias e manter as suas equipes devidamente atualizadas. Ao mesmo tempo, o ONS procura influenciar as pesquisas que estão sendo realizadas pelo VLPGO, no sentido de atender suas necessidades.

Além de participar desse encontro anual, o ONS promoveu um workshop sobre Medição Fasorial que ocorreu no Rio de Janeiro e teve a presença de representantes de diversos membros do VLPGO. O objetivo desse encontro foi avaliar os projetos em andamento no mundo sobre o tema, nivelando conhecimentos e identificando oportunidades de trabalho em conjunto.

Relacionamento com Agentes e Integração de Novas Instalações

O número de Agentes Associados do ONS integrados ao SIN alcançou, em 2007, 192 associados (número superior aos 171 agentes que existiam em 2006), o que demonstra a crescente responsabilidade do Operador como gestor da rede de instituições e instalações envolvidas na operação do SIN, e que tem efeitos no aumento da complexidade dos processos desenvolvidos nessa atividade.

Para aprimorar o relacionamento técnico com o crescente número de agentes associados, está em desenvolvimento o portal SIGA. De janeiro a março de 2007, foram ministrados os treinamentos na utilização do portal pelos usuários dos agentes e do ONS, um importante marco do projeto, pois representou o primeiro contato desses usuários com o sistema desenvolvido.

A implantação do Portal SIGA trará uma nova forma de visão, organização e execução de processos já conduzidos pelo ONS e Agentes. Com o objetivo de preparar os usuários e minimizar o impacto dessa implantação, em abril de 2007 foi iniciada a fase denominada Operação Experimental, visando a familiarizar os usuários com o futuro portal e fazer as devidas adequações e manutenções necessárias para entrada em operação definitiva. Nessa fase, os usuários puderam tirar dúvidas e dar sugestões através da estrutura de Suporte aos Usuários do SIGA. Está programada para 2008 a conclusão dos testes de desempenho e prevista a entrada em operação comercial do SIGA.

Com relação à integração de novas instalações ao SIN, foram executados em 2007 diversos processos, de forma transversal na organização, envolvendo atividades extensas, diversificadas e de alto grau de complexidade técnica. Foi consolidado o processo de Integração da Transmissão, tendo sido emitidos ao longo deste ano 285 Termos de Liberação para operação integrada ao SIN. Com relação à integração de unidades geradoras, foram emitidas 164 Declarações de Atendimento aos Procedimentos de Rede – DAPR e 10 Declarações de Inexistência de Relacionamento com o ONS. Para a integração dos Consumidores Livres, aprofundou-se a análise dos processos, sendo elaboradas propostas de alteração do Submódulo 24.4 dos Procedimentos de Rede e de criação de Rotina Operacional para a emissão de Termos de Liberação específicos.

Foram também desenvolvidos em 2007 os estudos eletroenergéticos relativos ao detalhamento da interligação do sistema isolado Acre/Rondônia, bem como avaliados os impactos regulatórios dessa interligação

O desafio para 2008 é a operacionalização do processo de integração de Consumidores Livres, com a consolidação da Rotina Operacional junto aos agentes, e o desenvolvimento de sistema de suporte à integração de novas instalações.

Gestão dos Procedimentos de Rede

Em 2006, a ANEEL iniciou o processo de análise dos Procedimentos de Rede com vistas à sua homologação para utilização pelo ONS e por todos os seus agentes associados.

Ao longo do ano de 2007, a ANEEL deu continuidade à análise dos módulos que compõem os Procedimentos de Rede e encaminhou ao ONS ofícios solicitando que se procedesse às alterações e aos aperfeiçoamentos julgados necessários. Durante esse processo, foram necessárias diversas interações do ONS com a ANEEL para esclarecimentos sobre os módulos, para o fornecimento de informações adicionais e, eventualmente, para proposição de novos aperfeiçoamentos dos Procedimentos de Rede.

Cabe destacar o novo Módulo 26, Modalidade de Operação de Usinas, aplicado aos agentes de geração para classificação das usinas segundo uma modalidade de operação que caracteriza o relacionamento com o ONS.

Em junho de 2007, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 270, que estabelece disposições sobre a disponibilidade das instalações integrantes da Rede Básica de transmissão. Desde então, o ONS vem efetuando esforços para a inclusão, no Módulo 15 e no Submódulo 6.5 dos Procedimentos de Rede, dos critérios e procedimentos complementares necessários à operacionalização deste regulamento.

Vale registrar a grande participação dos agentes associados em todo o processo de aperfeiçoamento dos Procedimentos de Rede, tanto participando dos workshops externos, como pelo encaminhamento de suas contribuições.

No final de setembro de 2007, a ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 1051, que liberou a utilização em caráter provisório dos Módulos 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 19, 21, 22 e 23 dos Procedimentos de Rede. Os demais módulos deverão ser aprovados no decorrer de 2008.

Plano de Ação 2007-2009

Os projetos desenvolvidos no âmbito do Plano de Ação do ONS para o ciclo 2006-2008 visaram a: consolidar as atribuições e responsabilidades institucionais do Operador; responder aos desafios de expansão do SIN; maximizar a segurança e a continuidade eletroenergética do SIN; aperfeiçoar modelos, instrumentos e procedimentos técnicos; reforçar o papel do ONS como gestor de redes de relacionamentos internos e externos; e aperfeiçoar a gestão interna do ONS.

O Plano de Ação estabelece as medidas necessárias para alcançar os objetivos estratégicos já referidos, por meio de uma carteira composta de 58 Projetos, agrupados em 11 Programas. Entre as ações empreendidas em 2007, destacam-se: o início dos testes de desempenho da primeira fase do Projeto SIGA; a continuidade da implantação das unidades remotas do projeto SINOCON; a conclusão do processo de descontração dos serviços de operação do Sistema. Essas duas últimas ações conferem ao ONS um maior grau de observabilidade e controlabilidade do SIN. Outros projetos voltados para o aperfeiçoamento de processos, produtos e serviços estão mencionados nas partes do presente relatório que abordam a segurança eletro-energética do SIN.

Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos

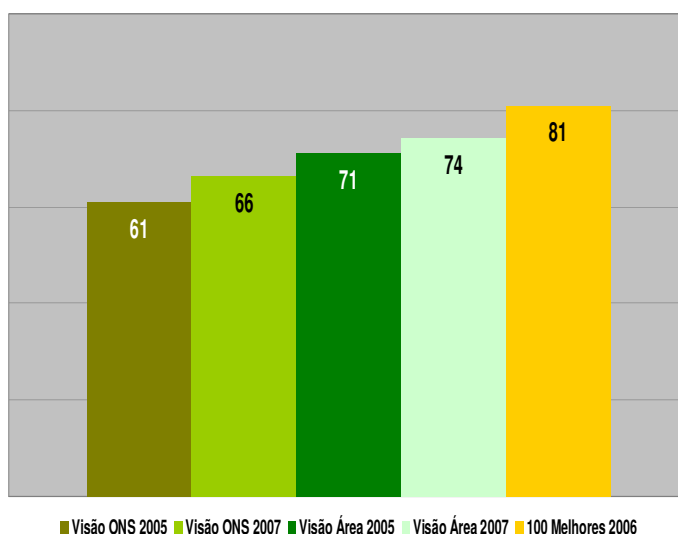
Em 2007, foi aplicada no ONS uma nova pesquisa de clima organizacional, com o objetivo de verificar se as ações decorrentes da pesquisa anterior tinham resultado na melhoria da percepção dos colaboradores, como também para auxiliar a organização na estruturação de novas ações prioritárias na gestão e desenvolvimento de recursos humanos.

A pesquisa de clima Melhor Ambiente mostrou avanços em todas as dimensões avaliadas, sendo obtido um índice médio de favorabilidade de 66%, com um crescimento de 5 pontos percentuais em relação à pesquisa anterior.

O resultado positivo obtido na pesquisa foi certamente influenciado pela realização de 75% das ações estabelecidas no plano de ação formulado pela Diretoria, em resposta aos resultados da primeira pesquisa de clima organizacional, de 2005.

Também merece ser destacado que, mesmo tendo evoluído em todas as dimensões na direção das melhores empresas do mercado brasileiro, ainda há claras oportunidades de melhoria nas percepções de Credibilidade, Imparcialidade e Respeito. Para isso, a Diretoria da empresa formulou um novo plano de ação, que deverá ser implantado ao longo de 2008.

Média Geral (em %)



No ano de 2007 deu-se continuidade ao Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG, iniciado em 2006, abordando os temas priorizados a partir do Modelo de Gestor: liderança e gestão de redes e relacionamentos. Visando à ampliação da formação em gestão no Operador, esses módulos contaram com a presença de todos os gerentes, assistentes, assessores e com a inclusão dos ocupantes dos cargos de sênior II, que são os profissionais que já estão diagnosticados como possíveis sucessores dos gerentes.

O processo de Avaliação de Desempenho, que vem sendo aprimorado a cada ano, teve introduzida em 2007 a avaliação de 180º para os cargos de gerência, colocando assim em prática o aprendizado conceitual do primeiro módulo do PDG.

Os Programas de Treinamento e Desenvolvimento realizados em 2007 incluíram ações de capacitação voltadas tanto para o aprimoramento profissional no âmbito técnico, como no de gestão. Além do já mencionado PDG, foi realizado o terceiro ciclo do Curso de Capacitação em Aspectos Institucionais do Setor Elétrico - CAISE, com reformulações significativas em seu conteúdo programático, no corpo docente e na distribuição do tempo de dedicação.

Dentro das medidas implantadas para a melhoria do bem-estar dos colaboradores, foi ampliado o escopo de investigação nos exames periódicos de saúde, o que se mostrou eficaz para diagnosticar antecipadamente sinais que poderiam deflagrar doenças, provocando afastamentos, diminuição de produtividade e mal estar pessoal.

Para um melhor aproveitamento das potencialidades de cada colaborador, o ONS vem adotando uma metodologia de avaliação de potencial, já aplicada em diversas áreas, que, em conjunto com a avaliação de desempenho, orienta o gestor na distribuição de atividades e projetos dentro da equipe, resultando em maior produtividade e maior satisfação pessoal.

Telecomunicações e Tecnologia da Informação

A tecnologia da informação (TI) exerce um papel fundamental para o cumprimento da missão do ONS, servindo de suporte a todas as suas atividades e constituindo-se em um recurso estratégico e crítico para a execução dos processos técnicos e administrativos.

O Operador utiliza de forma intensiva aplicativos de última geração nas suas atividades fins e corporativas, dentro de mais altos padrões de qualidade e de acordo com rígidos critérios de segurança, tanto no que se refere à continuidade dos seus serviços, quanto à proteção de seus sistemas.

Diversas ações foram empreendidas em 2007, que ressaltam a posição estratégica da TI na organização:

- Consolidação dos papéis da TI, visando inclusive a orientar sua atuação como uma cadeia de valor que privilegie a integração e o atendimento de demandas de sistemas com soluções de alto desempenho e qualidade;
- Estabelecimento de rede de cooperação com os Agentes visando a estabelecer fóruns de colaboração para troca de experiências, criando condições para estabelecimento de melhores práticas e para utilização do poder de compra dos Agentes na área de TI;
- Tratamento da segurança de TI através da elaboração da segunda etapa do Plano de Continuidade de Atividades Empresariais e do investimento em infra-estrutura para aperfeiçoamento de toda a estrutura de segurança, incluindo neste contexto a rede de provedores de serviços e dos recursos de *software* e *hardware*;
- Implantação de metodologia e padrões, com destaque para: a) implantação e difusão no ONS e a todos os provedores de serviços de metodologia e arquitetura de desenvolvimento de sistemas de TI; b) Implantação de política de manutenção de aplicativos de software, visando a obter mecanismos que permitam a execução de manutenções evolutivas de uma forma ágil, com métricas internacionalmente

reconhecidas, preservando a qualidade, o tempo de resposta e a independência do provedor de serviços;

- Elaboração do Plano Diretor de Telecomunicações do ONS, com o objetivo de promover uma avaliação, em um horizonte de três anos, de cenários de evolução da área de telecomunicações no Brasil. Visa igualmente a identificar as ações que o ONS deverá tomar para atender às suas demandas por serviços de telecomunicações de qualidade, desempenho e custos adequados;
- Realização de investimentos de Infra-estrutura e Sistemas de TI, com o aprimoramento da infra-estrutura de TI de comunicação de voz, dados e imagens, destacando o aprimoramento dos recursos de Internet, centrais telefônicas, rede corporativa de telecomunicações, rede operativa de comunicação (ROP), com destaque especial para a renovação e ampliação da ROP, rede *wireless* e utilização dos recursos de videoconferência.

Gestão Econômico-Financeira

A Gestão Econômico-Financeira do ONS no exercício de 2007 deu continuidade à política de aprimoramento do controle de seu orçamento, resultando na melhor utilização dos recursos necessários à viabilização dos dispêndios relativos aos itens operacionais, Plano de Ação e demais aquisições.

Orçamento do Exercício

Com o objetivo de compatibilizar o ciclo orçamentário ao ciclo tarifário, a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 772/2006, aprovou o orçamento do ONS para o exercício de 2007 e primeiro semestre de 2008, no valor total de R\$ 452.009 mil, sendo R\$ 297.714 mil para o ano de 2007 e R\$ 154.295 mil para o primeiro semestre de 2008.

Visando à determinação da receita relativa aos encargos de uso da transmissão para o ciclo de julho de 2007 a junho de 2008, o ONS providenciou uma revisão no seu orçamento, que passou a ser de R\$ 428.850 mil, sendo R\$ 275.025 mil destinados para o ano de 2007, dos quais foram executados R\$ 257.652 mil, correspondentes a 93,7% do orçamento.

Dando continuidade ao constante aprimoramento dos seus mecanismos de gestão orçamentária, o ONS efetuou, no último trimestre de 2007, uma revisão de suas metas até o final do presente ciclo, que se encerra em junho de 2008, a qual foi encaminhada à ANEEL.

Receita Operacional e Contribuição dos Associados

Os recursos necessários à viabilização do orçamento do ONS são provenientes dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e da Contribuição dos Associados.

O montante de recursos geridos pelo ONS no ano de 2007 foi de R\$ 258.758 mil, sendo R\$ 248.000 mil referentes aos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão, de acordo

com os limites autorizados pela ANEEL através das Resoluções nºs 354/2006 e 497/2007, e R\$ 10.758 mil relativos às Contribuições dos Associados, do total de R\$ 10.760 mil aprovado pela Assembléia Geral Ordinária – AGO, realizada em 27 de abril de 2007.

Demonstrações Contábeis do Exercício de 2007

As demonstrações contábeis do exercício de 2007 obedeceram aos padrões estabelecidos no Manual de Contabilidade do ONS, aprovado pela ANEEL através da Resolução nº 73, de 11 de fevereiro de 2003, e ao Ofício Circular nº 2.409/2007 SFF/ANEEL, de 14 de novembro de 2007, que instrui sobre os assuntos a serem observados por ocasião do referido encerramento e divulgação das demonstrações contábeis do exercício social.

Balanco Patrimonial

Em 2007, o Ativo Circulante apresentou um decréscimo de 3,9% com relação ao exercício anterior, em decorrência, principalmente, dos seguintes pontos:

- a) Decréscimo das Receitas de Encargos de Uso do Sistema de Transmissão, em função da diminuição dos dispêndios no ano de 2007 em relação ao ano anterior, exceto em despesas operacionais;
- b) Utilização de recursos disponíveis, através do resgate de parte das aplicações financeiras;
- c) Criação de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.

O Ativo Não Circulante, composto pelo Realizável a Longo Prazo e Ativo Permanente, apresentou variação negativa de 18,6%, tendo em vista que as adições no Ativo Permanente, de R\$ 9.661 mil no exercício, foram inferiores às depreciações e amortizações, que totalizaram R\$ 17.221 mil.

O Passivo Circulante apresentou uma redução de 11,4% em consequência, principalmente, do saldo da conta de fornecedores, em função do constante aprimoramento adotado pelo ONS nos seus mecanismos de controle e acompanhamento orçamentário.

Resultado do Exercício

O Superávit Líquido do Exercício foi de R\$ 4.923 mil. Os principais fatos que resultaram neste superávit foram os seguintes:

- a) Redução de 5,2% das Receitas de Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Contribuição dos Associados, em comparação com o exercício de 2006.
- b) O valor total realizado em Custos e Despesas de Operação do Sistema, no montante de R\$ 214.702 mil, apresentou evolução de 3,2% em relação ao ano anterior, em decorrência, especialmente, de:

- Acréscimo de 10,0% em Pessoal, em função do aumento do quadro funcional aprovado pelo Conselho de Administração e pela ANEEL, e do reajuste salarial anual decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho;
- Redução de 10,1% em Serviços de Terceiros, decorrentes da substituição de prestadores de serviços e terceirizados por pessoal próprio, além da melhoria na negociação das contratações de bens e serviços.

Indicadores Econômico-Financeiros 2007

A tabela a seguir apresenta um resumo dos indicadores econômico-financeiros do ONS em 2007, bem como sua comparação com os do ano anterior.

Indicadores	2007	2006
Performance do Orçamento Global (%)	93,7	90,5
Participação na Receita Anual Permitida (%)	3,5	3,5
Despesa Operacional por Usuário da Rede Básica (R\$ mil)	993,8	962,8
Contribuição Anual Média por Associado (R\$ mil)	56,0	60,0

Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS

*Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006*

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO - ONS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do superávit

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração das origens e aplicações de recursos


Notas explicativas às demonstrações financeiras


PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Associados do
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS
Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos o balanço patrimonial do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS (“Operador”), levantado em 31 de Dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos referentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi efetuado de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos do Operador; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Operador, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS em 31 de dezembro de 2007, o seu superávit, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer de auditoria, em 2 de março de 2007, sem ressalva.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2008


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-5 “F” RJ


Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO - ONS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Disponibilidades	3	19.479	21.224
Encargos de uso do sistema de transmissão	4	26.034	29.598
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	(304)	-
Contribuição dos associados	5	27	93
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	10.220	6.041
Estoque		564	1.274
Desativações e alienações em curso		-	168
Outros		1.214	1.168
Total do ativo circulante		<u>57.234</u>	<u>59.566</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	1.278	1.170
Depósitos vinculados a litígios		571	-
Provisões ativas	7	2.708	-
Total do realizável a longo prazo		<u>4.557</u>	<u>1.170</u>
Permanente			
Imobilizado	8	48.779	49.941
Intangível	8	35.977	35.050
Diferido	9	1.174	25.025
Total do permanente		<u>85.930</u>	<u>110.016</u>
Total do ativo não circulante		<u>90.487</u>	<u>111.186</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>147.721</u>	<u>170.752</u>

(continua)

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO - ONS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		7.061	13.120
Encargos de dívidas		42	262
Tributos e contribuições sociais	10	14.362	15.006
Empréstimos e financiamentos	11	6.331	6.321
Credores diversos		281	386
Obrigações estimadas	12	16.761	15.534
Total do circulante		<u>44.838</u>	<u>50.629</u>
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Fornecedores		262	190
Tributos e contribuições sociais	10	6.451	11.408
Empréstimos e financiamentos	11	23.119	29.647
Total do exigível a longo prazo		<u>29.832</u>	<u>41.245</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Fundo de reserva	1	73.051	78.878
Total do patrimônio líquido		<u>73.051</u>	<u>78.878</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>147.721</u>	<u>170.752</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO - ONS

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Em milhares de reais)

	Notas	2007	2006
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receita de encargos de uso do sistema de transmissão		248.000	262.725
Total		<u>248.000</u>	<u>262.725</u>
OUTRAS RECEITAS			
Contribuição dos associados	5	10.758	10.199
Total		<u>10.758</u>	<u>10.199</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
PIS		(3.957)	(4.208)
COFINS		(18.229)	(19.414)
ISS		(12.401)	(13.136)
Total		<u>(34.587)</u>	<u>(36.758)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>224.171</u>	<u>236.166</u>
CUSTOS E DESPESAS DE OPERAÇÃO DO SISTEMA			
Pessoal		(131.067)	(119.179)
Material		(1.836)	(2.326)
Serviço de terceiros		(54.967)	(61.163)
Depreciação e amortização		(17.221)	(17.525)
Tributos e contribuições sociais		(1.365)	(1.567)
Arrendamentos e aluguéis		(6.306)	(5.503)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	(304)	-
Provisão para redução ao valor de mercado		(993)	-
Outros		(643)	(701)
Total		<u>(214.702)</u>	<u>(207.964)</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>9.469</u>	<u>28.202</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita financeira	15	2.656	4.937
Despesa financeira	15	(4.422)	(7.202)
Total		<u>(1.766)</u>	<u>(2.265)</u>
SUPERÁVIT OPERACIONAL		<u>7.703</u>	<u>25.937</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		<u>49</u>	<u>143</u>
SUPERÁVIT ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		<u>7.752</u>	<u>26.080</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE	16	(3.314)	(7.967)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	16	485	-
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>4.923</u></u>	<u><u>18.113</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO - ONS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Fundo de reserva</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		60.765	60.765
Superávit líquido do exercício		<u>18.113</u>	<u>18.113</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		78.878	78.878
Ajuste de exercícios anteriores, líquido de impostos	19	(10.750)	(10.750)
Superávit líquido do exercício		<u>4.923</u>	<u>4.923</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		<u><u>73.051</u></u>	<u><u>73.051</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO - ONS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações:		
Superávit líquido do exercício	4.923	18.113
Despesas que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	17.221	17.525
Variações monetárias e cambiais de longo prazo	600	489
Baixas do ativo permanente	4	128
Superávit ajustado	<u>22.748</u>	<u>36.255</u>
De terceiros:		
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	476
Aumento de fornecedores a longo prazo	155	99
Transferência do permanente para o circulante	234	927
Redução do realizável a longo prazo	2.829	-
	<u>3.218</u>	<u>1.502</u>
Total das origens de recursos	<u>25.966</u>	<u>37.757</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
No realizável a longo prazo:		
Adições ao realizável a longo prazo	563	965
No ativo permanente:		
Adições ao imobilizado	9.076	13.231
Adições ao diferido	585	8.749
Ajuste parcelamento - longo prazo	-	512
	<u>10.224</u>	<u>23.457</u>
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Fornecedores	83	-
Tributos e contribuições sociais	5.742	4.903
Empréstimos e financiamentos	6.458	6.145
	<u>12.283</u>	<u>11.048</u>
Total das aplicações de recursos	<u>22.507</u>	<u>34.505</u>

(continua)

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO - ONS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>3.459</u>	<u>3.252</u>
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante		
No início do exercício	59.566	63.125
No fim do exercício	<u>57.234</u>	<u>59.566</u>
Total	<u>(2.332)</u>	<u>(3.559)</u>
Passivo circulante		
No início do exercício	50.629	57.440
No fim do exercício	<u>44.838</u>	<u>50.629</u>
Total	<u>(5.791)</u>	<u>(6.811)</u>
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>3.459</u>	<u>3.252</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO - ONS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS é uma pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos, instituído pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, autorizado a executar suas atividades através do Decreto nº 5.081 de 14 de maio de 2004, sendo regido pelas disposições legais e regulamentares, Estatuto e demais atos normativos expedidos pelos órgãos de administração.

Nos termos do Estatuto aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 12 de agosto de 2004, através da Resolução Autorizativa nº 328, o ONS tem duração indeterminada e por objeto executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e da transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN, sob a fiscalização e regulação da ANEEL, com vistas a:

- Promover a otimização da operação do sistema eletroenergético, visando o menor custo para o sistema, observados os padrões técnicos e os critérios de confiabilidade estabelecidos nos Procedimentos de Rede aprovados pela ANEEL;
- Garantir que todos os agentes do setor elétrico tenham acesso à rede de transmissão de forma não discriminatória;
- Contribuir, de acordo com a natureza de suas atividades, para que a expansão do SIN se faça ao menor custo e vise as melhores condições operacionais futuras.

São as seguintes as atribuições do ONS, além de outras que lhe forem atribuídas pelo Poder Concedente:

- I. Planejamento e a programação da operação e o despacho centralizado da geração, com vistas à otimização do SIN;
- II. Supervisão e a coordenação dos centros de operação de sistemas elétricos, a supervisão e o controle da operação do SIN e das interligações internacionais;
- III. A contratação e a administração de serviços de transmissão de energia elétrica e as respectivas condições de acesso, bem como dos serviços ancilares;
- IV. Proposição ao Poder Concedente das ampliações de instalações da rede básica, bem como de reforços do SIN, a serem considerados no planejamento da expansão do sistema de transmissão;
- V. Proposição de regras para a operação das instalações da transmissão da Rede Básica do SIN, mediante processo público e transparente, consolidadas em Procedimentos de Rede a serem aprovadas pela ANEEL;

VI. Divulgação dos indicadores de desempenho dos despachos realizados a serem auditados semestralmente pela ANEEL;

VII. Divulgação permanente ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE sobre as condições operativas de continuidade e de suprimento eletroenergético do SIN.

O patrimônio do ONS é formado pelo Centro Nacional de Operação do Sistema – CNOS e pelos Centros Regionais de Operação Norte/Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul, incluindo os respectivos sistemas que lhes são associados.

O ONS é constituído por membros associados e membros participantes. Os membros associados estão representados pelos agentes de geração com usinas despachadas centralizadamente e o representante brasileiro de Itaipu Binacional, os agentes de transmissão com instalações na rede básica, agentes importadores e exportadores com ativos de transmissão conectados à rede básica, os agentes de distribuição integrantes do SIN e os consumidores livres conectados à rede básica. Os membros participantes são o Poder Concedente, por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, os Conselhos de Consumidores e os agentes de geração com usinas não despachadas centralizadamente e de distribuição detentores de concessão, permissão ou autorização para distribuir energia elétrica em montantes inferiores a 500 GWh/ano.

São fontes de recursos do ONS:

- Receita decorrente de parcela dos encargos de uso do sistema de transmissão, definida pela ANEEL;
- Contribuição dos membros associados, proporcional ao número de votos na Assembléia Geral;
- Outras fontes que venham a ser aprovadas pela ANEEL.

2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as instruções contidas no Manual de Contabilidade do ONS, instituído pela ANEEL, através da Resolução n.º 73, de 11 de fevereiro de 2003, conforme critérios descritos a seguir:

Ativos circulante e realizável a longo prazo

- Aplicações financeiras - são registradas ao custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço e não excedem o seu valor de mercado.
- Encargos de uso do sistema de transmissão e contribuição dos associados - incluem o faturamento referente aos serviços prestados pelo ONS, vinculados ao uso do sistema de transmissão, e as contribuições dos associados, deduzidos, quando aplicável, das perdas prováveis na realização dos créditos, contabilizados com base no regime de competência.

- Estoques - estão registrados ao custo médio, o qual não ultrapassa seu valor de mercado, e ajustados, por provisão para perdas, quando aplicável.
- Demais ativos - estão demonstrados ao valor provável de realização incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Ativo Permanente

- Ativo imobilizado - está composto pelo custo de aquisição incluindo juros e variações cambiais de financiamentos, que são capitalizados nas imobilizações em curso, e deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, às taxas fixadas pela ANEEL.
- Ativo diferido – está representado por despesas diferidas e despesas pré-operacionais, deduzido da amortização calculada linearmente à taxa de 20% a.a.

Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

Resultado do exercício

É apurado em conformidade com o regime contábil da competência de exercícios.

- Reconhecimento da receita - a receita dos serviços prestados é aprovada pela ANEEL, com base no orçamento anual do ONS, e seu faturamento é modulado de acordo com a necessidade de recursos para a cobertura dos dispêndios.
- Arrendamento mercantil - os pagamentos contratuais são contabilizados no resultado do exercício.
- Receitas e despesas financeiras - incluem os juros e as variações monetárias e cambiais incidentes sobre os direitos e obrigações sujeitos a reajustes, atualizados até a data do balanço.
- Imposto de renda e contribuição social - são calculados e registrados com base nas alíquotas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

3. DISPONIBILIDADES

	Remuneração (% do CDI)	Vencimento	2007	2006
Contas Bancárias			4.880	2.684
Aplicações Financeiras				
Banco do Brasil S.A.	98,5	04/01/2007		276
Banco do Brasil S.A.	98,5	08/02/2007		260
Banco do Brasil S.A.	98,5	03/08/2007		391
Banco do Brasil S.A.	98,5	27/09/2007		203
Banco do Brasil S.A.	98,5	29/10/2007		262
Banco do Brasil S.A.	98,5	29/11/2007		260
Banco Unibanco	100,9	31/03/2008		2.225
Banco Unibanco	105,5	15/07/2008		2.118
Banco ABN AMRO	100,9	04/03/2007		2.235
Banco ABN AMRO	101	02/01/2007		4.811
Banco do Brasil S.A.	98,5	30/12/2007	300	
Banco do Brasil S.A.	98,5	08/02/2008	283	
Banco do Brasil S.A.	98,5	15/07/2008	159	
Banco Unibanco	100,8	30/07/2010	1.559	
Banco Unibanco	101	08/10/2010	1.325	
Banco ABN AMRO	100,8	09/06/2009	3.176	
Banco ABN AMRO	101	05/11/2010	2.022	
Banco Safra S.A.	101,5	04/03/2007		2.237
Banco Safra S.A.	101	27/05/2008		3.262
Banco Safra S.A.	101	27/05/2008	1.289	
Banco Safra S.A.	100,8	30/04/2010	1.396	
Banco Safra S.A.	101	22/09/2009	3.090	
Total Aplicações financeiras			<u>14.599</u>	<u>18.540</u>
Total de Disponibilidades			<u>19.479</u>	<u>21.224</u>

As aplicações financeiras do ONS têm sua remuneração baseada na variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI. Embora possuam data pré-fixada para vencimento, são passíveis de resgate antes do prazo.

4. ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

Os serviços prestados pelo ONS vinculados ao uso do sistema de transmissão são cobrados por meio dos encargos de uso do sistema de transmissão aos agentes de geração, distribuição, importadores, exportadores e aos consumidores livres, conforme condições previstas nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST, que têm por objeto estabelecer os termos e as condições que irão regular: (i) o uso da rede básica pelos agentes, (ii) a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e (iii) a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.

O valor de R\$26.034 (R\$29.598 em 2006), consignado no ativo circulante, corresponde aos créditos a receber decorrentes do faturamento dos serviços prestados pelo ONS vinculados ao uso do sistema de transmissão, para liquidação em três parcelas iguais, com vencimento em 15, 25 e 35 dias após o mês da prestação do serviço.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$304 refere-se a Encargos de Uso do Sistema de Transmissão, vencidos há mais de 180 dias, e que estão sendo contestados pelo Agente devedor, que não reconhece o débito, estando o processo administrativo sob análise da ANEEL.

5. CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS

A contribuição dos membros associados é definida e aprovada pela Assembléia Geral Ordinária do ONS. Na AGO de 27 de abril de 2007 foi aprovada a contribuição anual de R\$10.760 (R\$10.199 em 2006), que foi rateada com base no número de votos de cada associado e recolhida em nove parcelas iguais, sendo duas em maio e as demais nos meses subsequentes. A diferença entre o valor anual aprovado pela AGO e o constante da Demonstração do Resultado do Exercício de 2007 decorre de devolução de cobrança indevida (R\$2) referente ao ano de 2006.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Curto prazo</u>		
Imposto de Renda – IRPJ	6.377	3.173
Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL	2.501	1.392
Programa de Integração Social - PIS	129	163
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	598	753
Contribuição Previdenciária – INSS	560	510
Salário Educação	<u>55</u>	<u>50</u>
Total	<u>10.220</u>	<u>6.041</u>
<u>Longo prazo</u>		
Imposto de Renda – IRPJ	980	897
Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL	222	203
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	57	53
Programa de Integração Social - PIS	<u>19</u>	<u>17</u>
Total	<u>1.278</u>	<u>1.170</u>

Os saldos correspondentes aos créditos de imposto de renda e contribuição social, apresentados no curto prazo, referem-se a retenções na fonte e antecipações efetuadas no decorrer do ano-calendário de 2007. Estes saldos serão atualizados pela variação da taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e utilizados na compensação de tributos federais.

Em 2005 o ONS efetuou o recolhimento a maior dos valores de R\$443 e R\$43 relativos a Contribuição Previdenciária – INSS e Salário Educação, respectivamente. Esses valores são atualizados monetariamente pela taxa de juros SELIC e totalizam R\$560 e R\$55 em 31 de dezembro de 2007 e serão compensados futuramente.

O valor de R\$1.278 (R\$1.170 em 2006) registrado no longo prazo refere-se à retificação do parcelamento dos débitos relativos à Contribuição dos Associados que passou a ser considerada como Receita Operacional a partir de 2005. O crédito é atualizado monetariamente com base na taxa de juros SELIC e será compensado futuramente.

7. PROVISÕES ATIVAS

As provisões ativas foram constituídas em dezembro de 2007, como resultado de créditos fiscais decorrentes dos ajustes de exercícios anteriores sobre o imposto de renda e a contribuição social (prejuízo fiscal) e sobre as diferenças temporárias do exercício, a serem compensados em períodos subseqüentes, em razão das normas tributárias vigentes.

8. ATIVO IMOBILIZADO

8.1. Tangível

<u>Itens</u>	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>	<u>2007</u>		<u>2006</u>	
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
<u>Em serviço:</u>					
Terrenos		3.829		3.829	3.829
Edificações	4%	5.208	(1.080)	4.128	4.336
Máquinas e equipamentos	de 3% a 20%	47.895	(30.027)	17.868	21.058
Veículos	20%	35	(35)	-	-
Móveis e utensílios	10%	5.057	(2.507)	2.550	2.722
		<u>62.024</u>	<u>(33.649)</u>	<u>28.375</u>	<u>31.945</u>
<u>Em curso:</u>					
Máquinas e equipamentos		1.121		1.121	2.261
Móveis e utensílios		472		472	608
Custos a ratear		18.581		18.581	14.685
Adiantamento a fornecedores		177		177	177
Estudos e projetos		49		49	22
Compras em andamento		4		4	243
		<u>20.404</u>		<u>20.404</u>	<u>17.996</u>
Total		<u>82.428</u>	<u>(33.649)</u>	<u>48.779</u>	<u>49.941</u>

8.2. Intangível

<u>Itens</u>	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Em serviço – Software	20	59.102	52.215
Amortização		(48.027)	(35.091)
Total		<u>11.075</u>	<u>17.124</u>
Em curso – Software		<u>24.902</u>	<u>17.926</u>
Total		<u>35.977</u>	<u>35.050</u>

9. ATIVO DIFERIDO

<u>Itens</u>	<u>Taxas anuais de amortização (%)</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Despesas pré-operacionais	20	1.416	18.527
Outras despesas diferidas	20	5.266	5.220
Amortização acumulada		(5.508)	(8.463)
Ativo diferido em curso		-	<u>9.741</u>
Total		<u>1.174</u>	<u>25.025</u>

Em 2007 o ONS promoveu detalhada análise e reclassificação dos projetos do Ativo Diferido, que resultou na transferência de R\$21.665, conforme segue:

- Reclassificação dos custos dos projetos e da correspondente amortização acumulada, relativos ao período até 31/12/2006, para o Patrimônio Líquido, no valor de R\$16.288 como ajustes de exercícios anteriores (Nota Explicativa nº 19);
- Reclassificação dos custos dos projetos e da correspondente amortização de 2007, para o resultado do exercício, nas contas contábeis correspondentes às naturezas de gastos, e estorno da amortização de 2007 relativa aos projetos reclassificados, resultando em reversão líquida no valor de R\$1.338; e
- Reclassificação dos custos dos projetos e da correspondente amortização acumulada para o Ativo Intangível, no valor de R\$6.715.

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

<u>Itens</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Impostos		
Imposto de renda retido na fonte	2.208	1.835
Imposto sobre serviços	<u>1.077</u>	<u>1.289</u>
	<u>3.285</u>	<u>3.124</u>
Contribuições sociais		
Contribuições sociais retidas na fonte	12	89
COFINS	1.473	1.867
PIS	320	405
INSS	2.058	2.554
FGTS	1.085	1.226
Salário Educação	161	212
Outros	<u>13</u>	<u>53</u>
	<u>5.122</u>	<u>6.406</u>
Parcelamento de tributos e contribuições sociais	<u>5.955</u>	<u>5.476</u>
Total do passivo circulante	<u>14.362</u>	<u>15.006</u>

Em fevereiro de 2003 o ONS remeteu à Secretaria da Receita Federal - SRF consulta objetivando esclarecer dúvida existente sobre a forma de apuração das bases de cálculo do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Uma vez tendo recebido os devidos esclarecimentos, o que ocorreu em novembro de 2004, o ONS promoveu os devidos ajustes, reconhecendo os valores devidos.

A partir de janeiro de 2005, de acordo com a orientação recebida da SRF, o ONS passou a considerar como receita operacional os valores recebidos a título de contribuição dos associados passando os mesmos, desta forma, a serem tributáveis para fins de apuração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Em face desta alteração, o ONS ingressou junto à SRF com pedidos de parcelamentos de impostos e contribuições não recolhidos anteriormente.

Os saldos dos parcelamentos, devidamente atualizados pela taxa de juros SELIC em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, respectivamente, estão representados como segue:

<u>Tributos</u>	<u>Nº do processo</u>	<u>2007</u>	
		<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
IRPJ	10.166.000769/2005-10	3.675	3.981
CSLL	10.166.000767/2005-12	1.465	1.587
COFINS	10.166.000768/2005-67	624	676
PIS	10.166.000770/2005-36	<u>191</u>	<u>207</u>
Total		<u>5.955</u>	<u>6.451</u>

Tributos	Nº do processo	2006	
		Curto prazo	Longo prazo
IRPJ	10.166.000769/2005-10	3.379	7.040
CSLL	10.166.000767/2005-12	1.347	2.807
COFINS	10.166.000768/2005-67	574	1.196
PIS	10.166.000770/2005-36	176	365
Total		<u>5.476</u>	<u>11.408</u>

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2007			2006
	Circulante principal	Longo prazo principal	Total	Total
Moeda estrangeira				
Banco do Brasil (a)	2.340		2.340	5.058
Moeda Nacional				
Eletrobrás (b)	1.552	6.081	7.633	9.109
Eletrosul (b)	576	4.673	5.249	5.798
Furnas (b)	1.205	11.707	12.912	14.038
FINEP (c)	658	658	1.316	1.965
	<u>3.991</u>	<u>23.119</u>	<u>27.110</u>	<u>30.910</u>
Total	<u>6.331</u>	<u>23.119</u>	<u>29.450</u>	<u>35.968</u>

- a) O valor em moeda estrangeira refere-se ao contrato assinado em 19 de abril de 2001 com o Société Générale tendo como agente financeiro o Banco do Brasil, no valor de €5.425 mil, para compra de bens e serviços nacionais e importados destinados ao projeto de Moderniza o dos Centros Regionais de Opera o Norte/Centro-Oeste, Sul e Nordeste, composto de três Sistemas de Supervisão e Controle (SSC), adquiridos da Alstom Brasil Ltda. e Alstom T&D S.A. As condi oes contratuais do financiamento são as seguintes:

Taxa de juros:	5,92% a.a.
COFACE (Seguro)	8,47% (flat)
Comissão de repasse	1,5% a.a.
Comissão de compromisso	0,25% a.a.
Comissão de administra�o	0,25% (flat)
Amortiza�o:	12 parcelas semestrais e sucessivas a partir de março de 2003 até setembro de 2008

- b) Os contratos assinados com a Eletrobrás, Eletrosul e Furnas estão relacionados com a transferência dos ativos constitutivos do Centro Nacional de Opera o do Sistema – CNOS e dos demais Centros de Opera o pertencentes às suas subsidiárias, nas condi oes estabelecidas pela Portaria n.  468 de 02/10/2002 do Ministério de Minas e Energia – MME.

- c) O contrato da FINEP foi assinado em 4 de dezembro de 2003 com o objetivo de financiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, quais sejam: Uso Eficiente do Sistema de Transmissão, Dispositivos Limitadores de Curto-Circuito, Modelo para Planejamento da Operação Energética, Operação de Sistemas de Proteção em Manobras e Sistema de Gerenciamento de Qualidade de Energia Elétrica na Rede Básica.

O total do principal devido em 31 de dezembro de 2007 é o seguinte:

<u>Contratos</u>	<u>Prazo de vencimento (meses)</u>	<u>Início da amortização</u>	<u>Periodicidade de amortização</u>	<u>Encargos financeiros (% a.a.)</u>	<u>Principal</u>
Banco do Brasil	72	Março/2003	Semestral	Diversos	2.340
Elétrabras (1)	114	Janeiro/2003	Mensal	RGR + 7	7.633
Furnas (1)	159	Janeiro/2003	Mensal	RGR + 7	12.912
Eletrosul (1)	152	Janeiro/2003	Mensal	RGR + 7	5.249
Finep (2)	49	Dezembro/2005	Trimestral	TJLP + 3	<u>1.316</u>
Total					<u>29.450</u>

(1) Reserva Global de Reversão – RGR.

(2) Taxa de juros de longo prazo – TJLP.

O principal dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 apresentava a seguinte composição por tipo de moeda e indexador:

	<u>2007</u>		<u>2006</u>	
	<u>R\$</u>	<u>%</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
Moeda Estrangeira				
EURO	2.340	8	5.058	14
Moeda Nacional				
TJLP	1.316	4	1.965	6
RGR	<u>25.794</u>	<u>88</u>	<u>28.945</u>	<u>80</u>
Total	<u>29.450</u>	<u>100</u>	<u>35.968</u>	<u>100</u>

Os indexadores, base de atualização de empréstimos e financiamentos, tiveram o seguinte comportamento:

	<u>Variação anual (%)</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
EURO	(7,50)	1,85
TJLP	0,36	1,78
RGR	Sem variação	Sem variação

Em 31 de dezembro de 2007, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Anos</u>	<u>Valor - R\$</u>
2009	4.184
2010	3.733
2011	3.951
2012	3.224
2013	2.437
Após 2013	<u>5.590</u>
Total	<u>23.119</u>

12. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Provisão de férias e encargos sociais	14.890	13.904
Previdência privada	<u>1.871</u>	<u>1.630</u>
Total	<u>16.761</u>	<u>15.534</u>

13. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O ONS patrocina o plano de previdência privada para seus empregados, administrado pela Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS. O plano de benefícios, implantado em setembro de 2000, é da modalidade de Contribuição Definida, em que os benefícios programáveis, como a renda mensal por aposentadoria, são calculados a partir do saldo acumulado na conta individual, onde as contribuições são creditadas e rentabilizadas em nome de cada participante, e os benefícios de risco, tais como pecúlio por morte ou invalidez permanente e auxílio-doença, estão definidos no regulamento do plano.

No ano de 2004, o regulamento do plano foi ajustado à nova legislação, contemplando os institutos de portabilidade, resgate de contribuições e benefício proporcional diferido, sendo aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, conforme Ofício DEPAT/SPC nº2208, em 10 de novembro de 2004.

Neste plano, o ONS contribui para o custeio dos benefícios programáveis com, no máximo, 6% do valor da folha de pagamento líquida, tendo contribuído neste exercício com R\$4.445 (R\$3.855 em 2006), equivalente a 5,74% da folha líquida anual (5,73% em 2006). Em complemento ao plano previdenciário é proporcionado seguro de vida e acidentes pessoais, também em parceria contributiva com os empregados, no custo da apólice, à razão de 60% para ONS, limitado a 1,5% da folha líquida, e 40% para os participantes. Neste exercício a contribuição foi de R\$727 (R\$583 em 2006), equivalente a 0,94% da folha líquida anual (0,87% em 2006). Um último benefício administrado pela ELETROS é o de complementação do Auxílio Doença, no qual o custeio é exclusivo do ONS, e a contribuição é limitada a 0,5% da folha líquida.

O Plano dispõe de Comitê Gestor, composto de seis membros, qualificados a seguir: o Diretor de Assuntos Corporativos do ONS, dois representantes da Diretoria da ELETROS, um representante do ONS indicado para o Conselho Deliberativo da ELETROS e dois representantes eleitos pelos participantes do plano.

Dentre as atribuições do Comitê, destacam-se as seguintes: avaliar e submeter ao Conselho Deliberativo da ELETROS, anualmente, a proposta de política de investimentos do plano; sugerir alterações de regulamento, acompanhar os resultados das avaliações do plano, bem como o desempenho da política de investimentos, e sugerir alterações atuariais.

14. SEGUROS

De acordo com o Estatuto, o ONS não dispõe de ativos de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica.

Os ativos segurados compreendem o imóvel ocupado pelo Centro Nacional de Operação do Sistema - CNOS, equipamentos de informática, equipamentos de telecomunicações, equipamentos de infra-estrutura dos Centros Regionais de Operação, móveis e utensílios.

O valor total em risco declarado na apólice de multirisco é de R\$59.231 em 2007, (R\$53.401 em 2006) contratado sob Limite Máximo de Indenização - LMI, que considera como maior risco o valor de R\$20.567 referente ao CNOS (R\$18.526 em 2006). Em caso de sinistro pela Cobertura Básica (incêndio/queda de raio/explosão) todos os locais estarão cobertos até o limite.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
RECEITA		
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.546	1.684
Encargos sobre faturas em atraso – Contratos de transmissão	72	188
Variação monetária/cambial	1.016	2.894
Outras	<u>22</u>	<u>171</u>
	<u>2.656</u>	<u>4.937</u>
DESPESA		
Variação monetária e juros sobre parcelamento	(1.540)	(916)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.261)	(3.378)
Variação monetária/cambial passiva	(103)	(1.447)
Outras	<u>(518)</u>	<u>(1461)</u>
	<u>(4.422)</u>	<u>(7.202)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	<u>(1.766)</u>	<u>(2.265)</u>

16. DEMONSTRAÇÃO DA APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

Itens	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Superávit antes do imposto de renda e contribuição social	7.752	26.080
Diferenças permanentes	<u>631</u>	<u>693</u>
Superávit ajustado antes do imposto de renda e contribuição social	8.383	26.773
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas pela legislação vigente	2.850	9.103
Ajuste em função da retificação do parcelamento de débitos	-	(1.408)
Outros	<u>(21)</u>	<u>272</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>2.829</u>	<u>7.967</u>

17. CONTINGÊNCIAS

Existem ações de natureza trabalhista propostas contra o ONS que, na opinião de seus advogados, possuem prognóstico “possível” de desfecho negativo, no valor global estimado de R\$2.274, o qual ainda não foi fixado de forma definitiva nas esferas correspondentes.

Existe ação de natureza cível-regulatória proposta por Ponte de Pedra Energética S/A contra o ONS, ANEEL e transmissoras que, na opinião de seus advogados, possui prognóstico “possível” de desfecho negativo, no valor estimado de R\$190 relativo ao ONS, o qual ainda não foi fixado de forma definitiva nas esferas correspondentes, sendo este valor relacionado com os Encargos de Uso do Sistema de Transmissão.

Em 07 de maio de 2002, a ANEEL, mediante processo administrativo, lavrou o auto de infração nº 006/2002, no valor de R\$300, relativo à interrupção no fornecimento de energia ocorrida em 21 de janeiro de 2002. No dia 16 de dezembro de 2005, a Diretoria da ANEEL, através da Decisão nº 1.904/05, confirmou a imposição da penalidade. O ONS, por entender que a imposição de tal penalidade não é procedente, ingressou com Pedido de Reconsideração em 28 de dezembro de 2005, sendo mantida a penalidade pecuniária aplicada. Em 06 de agosto de 2007, o ONS ingressou com Ação Ordinária nº 2007.34.00.028117-9, em curso perante a 4ª Vara Federal do Distrito Federal, com pedido de antecipação de tutela, visando suspender a exigibilidade da multa relativa ao auto de infração nº 006/2002. Deferida a antecipação de tutela, o ONS foi autorizado a depositar o valor da multa em Juízo até a decisão final do processo. O valor da multa foi depositado em 26 de agosto de 2007 e, na data, foi de R\$559. Este valor, devidamente atualizado pelos índices de correção monetária da Justiça Federal, era de R\$565 em 31 de dezembro de 2007.

18. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

O ONS possui os seguintes compromissos futuros, em 31 de dezembro de 2007, referentes aos contratos de arrendamento mercantil, com prazo de 36 meses, à exceção do contrato Veículos III, cujo prazo é de 24 meses:

	<u>Vencimento</u>	Taxa de Juros (% a.m.)	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Desktops IBM	30/10/2007	1,62		258
Notebooks	28/12/2007	1,56		83
Switches	13/05/2008	1,60	80	272
Servidores	29/09/2008	1,60	79	183
Veículos III	02/06/2008	1,62	31	92
Gravadores Mynavoyce	30/12/2008	1,54	30	59
Desktops IBM II e notebooks	21/03/2008	1,44	433	778
Computadores HP	09/08/2008	1,46	20	31
Computadores e notebooks	20/01/2007	1,25	7	72
Terminal de video conferência	05/03/2010	1,15	31	
Gravadores de voz	17/04/2010	1,05	134	
Micro-computadores	18/04/2010	1,10	194	
Servidores Firewall	28/07/2010	1,02	11	
Notebooks HP	28/06/2010	1,10	39	
Servidores de consolidação	31/07/2010	0,90	273	
Switches	29/10/2010	0,90	14	
Servidores IBM	13/11/2010	0,90	1	
Servidores de comunicação	27/11/2010	0,90	2	
Total			<u>1.379</u>	<u>1.828</u>

19. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme mencionado na Nota Explicativa n.º 9, no exercício de 2007, o ONS procedeu a reclassificação dos projetos do Ativo Diferido, os quais passaram a ser contabilizados como Ativo Intangível ou como despesa do exercício, nas contas contábeis correspondentes. O saldo destes projetos, acumulado no Ativo Diferido até 31/12/2006, foi contabilizado como ajuste de exercícios anteriores, no valor líquido de imposto de renda e contribuição social de R\$10.750.

20. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE JANEIRO DE 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. A Administração do ONS avaliará os possíveis efeitos da referida legislação nas futuras demonstrações financeiras, tão logo tenham sido expedidas as devidas orientações pela ANEEL.

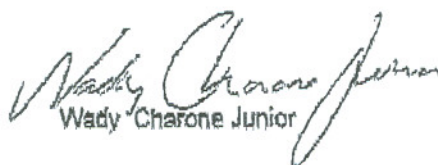
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições estatutárias, apreciando as demonstrações contábeis que lhes foram apresentadas, referentes ao exercício de 2007, e considerando o exame final realizado, para o qual contaram com o parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, recomendam aos membros associados e participantes, a aprovação das mesmas, juntamente com o Relatório da Administração, uma vez que estão de acordo com as práticas contábeis e legais vigentes, refletindo adequadamente a situação da Empresa em 31 de dezembro de 2007.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2008.


Rubens Ghilardi


Silvio Roberto Areco Gomes


Wady Charone Junior